

Aviso de Privacidade

PRIVACIDADE E
SEGURANÇA



SUMÁRIO

O que você vai encontrar
nesse aviso de privacidade



Introdução



Principais
definições



Direito dos
Titulares



Princípios relativos ao
tratamento de dados



Dados pessoais
tratados pela
Empresa



Bases Legais para o
Tratamento de Dados
Pessoais



Segurança relativa ao
Tratamento de Dados
pessoais



Papéis e Responsabilidades
Do Data Protection
Officer - DPO



Transferência
Internacional
de Dados



Das alterações



Papéis e Responsabilidades
Do Controlador



Informações de
Contato

Next



Histórico

| Descrição | Responsável | Versão | Data |
|-----------|-------------------------------------|--------|------------|
| Criação | Luíla Freitas de Brito | 1.0 | 14/05/2024 |
| Revisão | Ana Vitória Germani D'Avila | 1.0 | 16/05/2024 |
| Aprovação | Ana Carolina Ferreira Nepomuceno | 1.0 | |

Introdução

O Aviso de Privacidade é um documento onde a Viamar detalha as práticas adotadas para assegurar a transparência na gestão de dados pessoais e protege a privacidade dos indivíduos.

Ele especifica os direitos dos titulares de dados e os procedimentos que seguimos em relação ao tratamento de informações pessoais, incluindo coleta, uso, compartilhamento, armazenamento e exclusão, em conformidade com o RGPD europeu e a LGPD brasileira.

Este aviso também orienta sobre como os titulares de dados podem gerenciar suas informações, atualizando-as ou solicitando sua exclusão.

É importante estar ciente de que este Aviso de Privacidade pode ser atualizado para refletir mudanças na legislação ou nos procedimentos internos da Organização, o que recomenda uma consulta periódica ao documento.

Este aviso está alinhado à LGPD, ao Marco Civil da Internet e às legislações pertinentes ao tema.





Principais definições

LGPD

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

Dado Pessoal

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, define em seu artigo 5º, inciso I, que dado pessoal é todo aquele dado que se refira a uma pessoa natural identificada ou identificável. Essa definição compreende todo aquele dado que permite identificar uma pessoa física diretamente ou a combinação de dados que podem identificar um determinado titular de dados de forma inequívoca.

Dado Pessoal Sensível

É o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Titular

O titular dos dados é a pessoa natural na qual se referem os dados pessoais que são objeto do tratamento, ou seja, quem possui a titularidade da informação



Principais definições

Controlador

É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, dentre a qual competem decisões sobre como o tratamento dos dados pessoais é realizado.

Operador

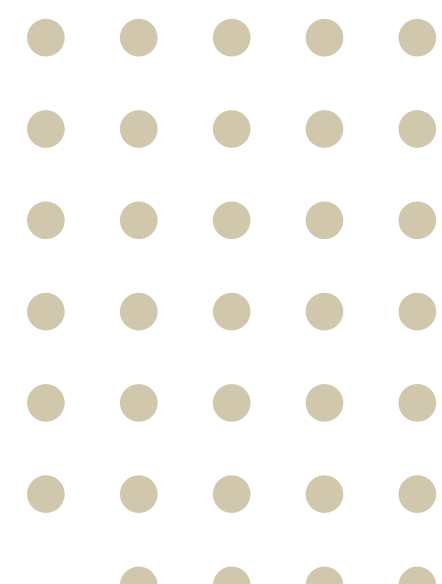
É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que realiza o tratamento em nome do controlador.

Encarregado/DPO

É a pessoa que atua na organização como um canal de ligação e comunicação, entre o controlador, os titulares de dados, e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

ANPD

Autoridade Nacional de Proteção de Dados é o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.





Direitos do Titular de Dados

A LGPD confere ao titular de dados, uma série de direitos e a Modera respeita os direitos dos titulares dos dados conferidos pela LGPD, elencados em seu Artigo 18. São eles:

Direito da confirmação e existência do tratamento (Art.18, I):

Consiste no direito do titular dos dados de obter do controlador a confirmação sobre a existência do tratamento dos seus dados pessoais na organização;

Direito de retificação (Art.18, III)

O titular dos dados pode solicitar ao controlador a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados

Direito à limitação do tratamento dos dados (Art.18, V):

É o direito do titular de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo obtê-la quando contesta a exatidão dos dados, quando o tratamento for ilícito, quando o controlador não precisar mais dos dados para as finalidades propostas e quando tiver se oposto ao tratamento dos dados e em caso de tratamento de dados desnecessários;

Direito de acesso (Art.18, II):

É o direito do titular dos dados de ter acesso aos dados que estão sendo tratados pela organização;

Direito à eliminação dos dados (Art.18, IV):

Diz respeito à possibilidade de ter seus dados apagados da base de dados do controlador;

Direito de oposição (Art.18, VI):

Versa sobre a possibilidade do titular dos dados, a qualquer momento, se opor por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito, podendo se opor, ainda, ao uso de seus dados pessoais para definição de perfil de marketing;



Direitos do Titular de Dados

Direito de oposição (Art.18, VI):

Versa sobre a possibilidade do titular dos dados, a qualquer momento, se opor por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito, podendo se opor, ainda, ao uso de seus dados pessoais para definição de perfil de marketing;

Direito à portabilidade dos dados (Art.18, VII):

é o direito do titular de solicitar ao controlador que envie seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da ANPD, observados os segredos comercial e industrial.

Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art.18, VIII):

é o direito do titular de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

O titular poderá exercer os seus direitos, por meio de comunicação escrita, especificando os direitos que deseja exercer perante o controlador. O pedido deverá ser enviado ao e-mail da Encarregada de Dados da Modera, através do seguinte e-mail: dpo@viamar.com.br

O titular dos dados será respondido sobre suas solicitações no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento, conforme disposto no Art.19 da LGPD.



Princípios relativos ao Tratamento de Dados



Nós nos comprometemos em cumprir as determinações previstas na LGPD, em respeito aos seguintes princípios dispostos no Artigo 9º da lei:



Conheça mais sobre os

Princípios relativos ao Tratamento de Dados

Princípio da Finalidade

Os dados pessoais do titular serão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

Princípio da adequação

Os dados pessoais do titular serão tratados de forma adequada às finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto de tratamento. incompatível com essas finalidades.

Princípio da necessidade

Os dados pessoais do titular serão tratados de forma pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados.

Princípio do Livre acesso

Os dados pessoais do titular serão tratados e garantidos, aos titulares, consulta facilitada e gratuita sobre a forma e duração de tratamento, bem como sobre a integridade dos seus dados.

Qualidade de Dados

Os dados pessoais do titular serão exatos e atualizados sempre que necessário, de maneira que dados inexatos sejam apagados ou retificados quando possível.

Princípio da Transparência

Os dados pessoais dos titulares serão tratados e garantidos, aos titulares, informações claras, precisas e facilmente acessíveis, inclusive sobre os agentes de tratamento, ressalvados os segredos comercial e industrial.

Nós nos comprometemos em cumprir as determinações previstas na LGPD, em respeito aos seguintes princípios dispostos no Artigo 9º da lei:



Conheça mais sobre os

Princípios relativos ao Tratamento de Dados

Princípio da Segurança

Os dados pessoais do titular serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

Princípio da prevenção

Os dados pessoais do titular serão tratados, utilizando-se, o controlador, de todas as medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude desse tratamento.

Princípio da não-discriminação

Os dados pessoais do titular NÃO serão tratados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas:

Os dados pessoais do titular serão tratados, pelo controlador, de forma capaz de demonstrar as medidas adotadas a fim de comprovar a observância e o cumprimento das normas pertinentes à proteção de dados. Todo tratamento de dados pessoais realizado pela Modera, tem como objetivo respeitar os princípios acima citados.

Dados Pessoais Tratados pela Empresa

Nós mantemos seus dados armazenados durante os prazos máximos descritos abaixo, ou até que você expressamente solicite a exclusão de seus dados.

Nós tratamos Dados Pessoais de quem é ou foi cliente, de quem teve algum tipo de relacionamento com a empresa como por exemplo: procurador, empregado, ex-empregados, sócio de algum cliente, empresa ou entidade com a qual a Empresa se relaciona ou pretende se relacionar. Os Dados Pessoais tratados variam de acordo com as finalidades de uso, inclusive as indicadas nesse Aviso de Privacidade, e com as atividades realizadas.

A Nossa empresa, por padrão em suas atividades não trata dados de titulares menores de idade ou adolescentes, mas se acaso vier a fazê-lo, o mesmo se dará em caráter excepcional e desde que tenha uma base legal lícita atribuída, em conformidade com a LGPD.

Os dados pessoais sensíveis, são tratados em estrita conformidade com o Art. 11 da LGPD, ou seja, desde que haja consentimento do titular ou, em não havendo consentimento, nos casos em que o tratamento for indispensável para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral; garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º da própria lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.



BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DO TITULAR

A LGPD exige que o tratamento de dados pessoais cumpra com ao menos um requisito legal. Na Viamar as justificativas legais são as seguintes:

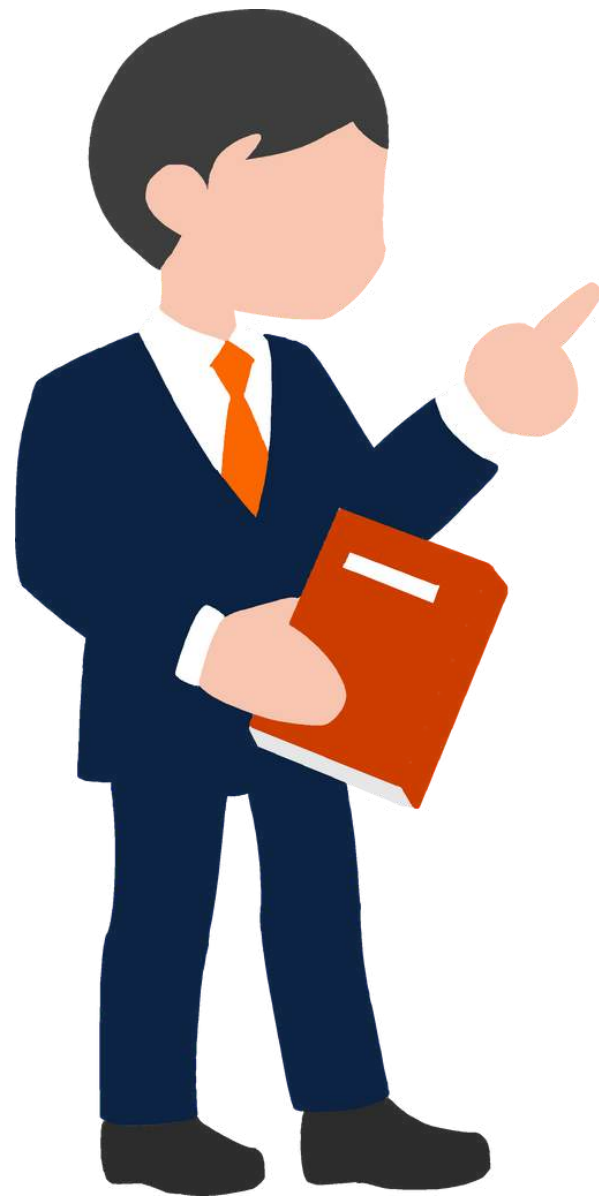
O Consentimento do titular dos dados

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador

Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados

Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DO TITULAR



Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro



Legítimo Interesse do controlador ou de terceiro



Proteção ao Crédito

Todos os processos operacionais que realizam tratamento de dados pessoais da Empresa atendem ao menos um requisito legal.



SEGURANÇA RELATIVA AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A VIAMAR se compromete a aplicar todas as medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração as técnicas adequadas, os custos de aplicação, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento e os riscos para os direitos e liberdades do titular. No entanto, nós nos eximimos da responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros e do titular, conforme o disposto na própria LGPD.

Nos comprometemos a comunicar o titular em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar risco ou dano relevante para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento. Os dados pessoais armazenados são tratados garantindo a confidencialidade, a integridade, e a disponibilidade das informações, dentro dos limites legais.



Transferência Internacional de Dados

A Viamar trata as informações pessoais em território nacional e em países que possuem legislações semelhantes e equivalentes.

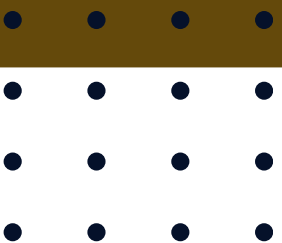


SEGURANÇA

Essas transferências são realizadas apenas para empresas que estejam em conformidade com legislações de proteção de dados e que mantenham um nível de proteção semelhante ou mais rigoroso do que o previsto na legislação brasileira.

Além disso, mantemos cláusulas específicas para assegurar o correto tratamento, alinhadas com as leis e regulamentações brasileiras.

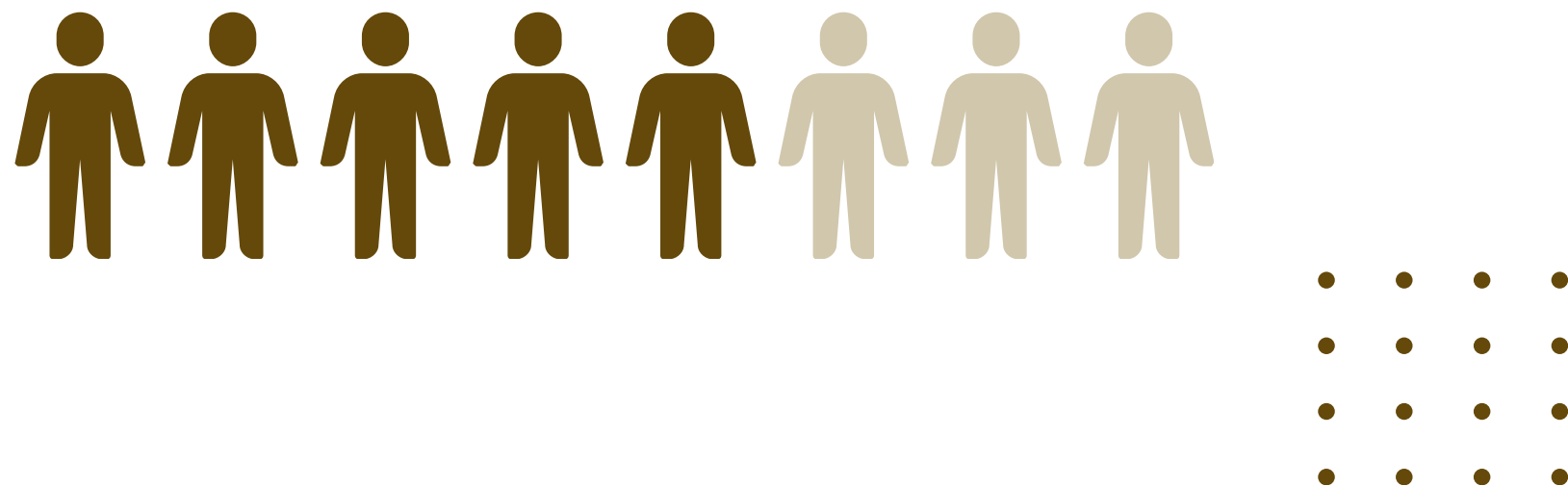
CONFORMIDADE



Medidas de segurança

A segurança de todas as informações pessoais é prioridade para nós. E entendemos que a segurança de quaisquer dados que processamos é de grande importância para Você e nossos Clientes.

Usaremos sempre nossos melhores esforços e tecnologias disponíveis para proteger os dados pessoais dos usuários, especialmente os considerados sensíveis.





Papéis e Responsabilidades Do Controlador

01

O controlador/responsável pelo tratamento dos dados pessoais do titular, é a pessoa física ou jurídica, a autoridade pública ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

02

No presente caso, o responsável pelo tratamento dos dados pessoais tratados é a nossa Empresa, que poderá ser contatado através dos canais de comunicação disponíveis.



Papéis e Responsabilidades Do Data Protection Officer - DPO

01

O Encarregado de proteção de dados (Data Protection Officer - DPO) é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

02

O encarregado de proteção de dados (DPO), da nossa empresa é a **Ana Carolina Ferreira Nepomuceno** que poderá ser contatada através do e-mail: dpo@viamar.com.br

DAS ALTERAÇÕES PARA ESSE AVISO DE PRIVACIDADE

Esse Aviso de Privacidade foi atualizado pela última vez em 22 de maio de 2024

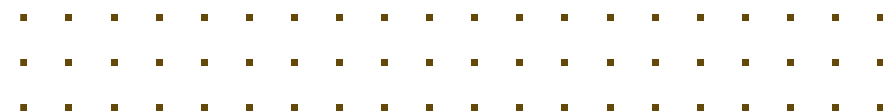
A **Viamar** se reserva no direito de modificar esse Aviso de Privacidade a qualquer momento.



As alterações e esclarecimentos vão surtir efeito imediatamente após a sua publicação no site da Empresa.

DÚVIDAS E CONTATO

Caso você tenha qualquer dúvida sobre esta Política de Privacidade ou sobre a segurança dos seus dados entre em contato através do endereço: **dpo@viamar.com.br**



OUTRAS INFORMAÇÕES DE CONTATO

A Viamar também está disponível através dos contatos abaixo:

Telefones: Atendimento: (11) 4122-7100 e (11) 94304-9800 - WhatsApp

Endereço: Av. Professor Luiz Ignácio Anhaia Mello, 2140 - Vila Prudente - São Paulo-SP

Encarregado de Dados: dpo@viamar.com.br

